



# **Prefeitura do Município de Angatuba**

## **Estado de São Paulo**

**LEI 911/2026**

**De 28.01.2026**

**“Dispõe sobre a Revisão Geral Anual e o reajuste dos vencimentos dos servidores do Poder Legislativo Municipal de Angatuba, de que trata o art. 37, inciso X, da Constituição Federal, e dá outras providências.”**

**NICOLAS BASILE ROCHEL**, Prefeito do Município de Angatuba, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

**FAZ SABER**, que a Câmara do Município de Angatuba aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado a conceder, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2026, revisão geral anual nos vencimentos de todos os servidores da Câmara Municipal de Angatuba, no índice de 4,26% (quatro inteiros e vinte e seis centésimos por cento), correspondente ao acumulado dos últimos 12 (doze) meses do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

**§ 1º.** A revisão a que se refere o **caput** deste artigo é concedida a título de Revisão Geral Anual, nos termos do art. 37, inciso X, da Constituição da República Federativa do Brasil, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998.

**Art. 2º.** Fica concedido, ainda, com efeitos partir de 1º de janeiro de 2026, reajuste de 0,74% (setenta e quatro centésimos por cento) nos vencimentos de todos os servidores da Câmara Municipal de Angatuba.

**Art. 3º.** Os percentuais previstos nos arts. 1º e 2º desta Lei compõem, em conjunto, o índice total de 5% (cinco por cento) de reajuste dos vencimentos, devendo ser aplicados de forma única e não cumulativa, sobre os vencimentos vigentes, sendo os valores resultantes arredondados, quando necessário, para a dezena decimal de real imediatamente superior.

**Art. 4º.** As despesas decorrentes da execução da presente Lei Complementar correrão por conta de verbas próprias da dotação orçamentária da Câmara Municipal de Angatuba.

**Art. 5º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos a partir de 1º de janeiro de 2026.

Prefeitura do Município de Angatuba, 28 de janeiro de 2026.

**NICOLAS BASILE ROCHEL**

**Prefeito Municipal**